
Os trabalhos de memória e o papel de O Globo no golpe de 1964

Marcio de Souza Castilho ¹

Resumo: O artigo tem o objetivo de visualizar os trabalhos de memória de que fez uso o jornal *O Globo* para situar no presente o seu papel no golpe de 64. O estudo tem como base o lançamento do projeto Memória O Globo, em 1º de setembro de 2013, que trouxe como destaque um editorial sobre a atuação do jornal no episódio que resultou na derrubada do presidente João Goulart e início da ditadura civil-militar no Brasil. Utilizamos como suporte teórico os estudos de Halbwachs e Pollak, dentre outros autores que percebem a memória como objeto de disputa em torno de reinterpretações de um passado para fortalecer identidades no presente.

Palavras-chave: identidade; jornalismo; memória; narrativa; poder.

Abstract: The article analyzes the role of *O Globo* about the participation of this newspaper during the military coup in Brazil. The "Memória O Globo" project, launched on September 1, 2013, is the case study of this research. For the study, we used authors, as Halbwachs, Pollak and others, that work with the memory subject, within a conceptual perspective.

Keywords: identity; journalism; memory; narrative; power.

Diversos trabalhos vêm discutindo nas últimas décadas a questão da memória, apoiando-se principalmente na abordagem sociológica proposta por Maurice Halbwachs em seu livro "A Memória Coletiva" (obra póstuma, 1950). Contra-pondo-se às ideias correntes da primeira metade do século XX, período em que a memória era vista, *a priori*, como fenômeno individual dentro de uma perspectiva psicológica ou filosófica, o autor afirma que a memória é, por natureza, social, ou seja, um fenômeno construído coletivamente a partir da articulação entre os grupos. Nesse sentido, todo indivíduo está interagindo e sofrendo a ação da sociedade.

¹ Professor do curso de Jornalismo do Departamento de Comunicação Social da UFF e do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano (PPGMC/UFF).

Halbwachs postula que até as lembranças mais pessoais buscam sua fonte nos meios e nas circunstâncias sociais definidas, mesmo que os sujeitos tenham dificuldade de reconhecer que os pensamentos apresentam como ponto de origem um grupo e um contexto de interação. A capacidade de lembrar está associada diretamente a esse conhecimento que vem do domínio comum. É através da memória dos outros que somos capazes de organizar, a qualquer momento, as informações acerca do passado.

A análise demonstra ainda como as preocupações do momento e os dados emprestados do presente constituem um elemento de estruturação da memória. Ela sofre transformações dependendo do papel ocupado pelo indivíduo dentro do grupo. Halbwachs informa que “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios” (1990: 51).

O conceito de memória individual e coletiva, que se interpenetram frequentemente, forma um dos sistemas criados por Halbwachs. Ele também vai definir os quadros sociais que compõem esta memória. Os quadros sociais são os instrumentos através dos quais a memória coletiva se serve para reconstruir o passado e lembrar aquilo que está próximo ou distante. Esses instrumentos são as palavras e as ideias que o indivíduo emprestou do seu meio e a localização espaço-temporal da lembrança.

Michel Pollak (1989) aponta que, em todos os grupos, há uma marca comum que caracteriza o fenômeno da memória: a sua seletividade. A apropriação do passado, construída a partir de demandas do presente, tem sempre caráter seletivo e pressupõe enquadramentos, escolhas, esquecimentos e silêncios. A memória resulta então de um processo de ordenamento e de organização que vai definir o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido².

²A maior parte dos estudos sobre memória teve como base a análise de Freud sobre a dialética lembrança e esquecimento. O esquecimento está relacionado, para Freud, ao processo de recalçamento no sistema do inconsciente humano e pode ser visto como uma forma de memória recoberta.

Ao se interrogar sobre os motivos que levam os grupos sociais do presente a destacar determinados aspectos do passado, negligenciando outros, Pollak percebe neste enquadramento uma forte relação fenomenológica entre a memória e o sentimento de identidade. A lembrança e o esquecimento são utilizados, portanto, como estratégia para fortalecer sentimentos de pertencimento e fronteiras socioculturais entre diferentes coletividades, como os partidos, sindicatos, associações profissionais, igrejas, famílias e nações. Decorre dessa análise uma das funções essenciais da memória: “a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis” (1989: 9).

A abordagem até aqui oferece alguns indicadores para entendermos a questão da memória em sua conceituação mais geral, mas a análise deve ser vista também a partir dos fenômenos que são próprios da sociedade em que vivemos. Nesse movimento, não há como não atentar para a estreita relação estabelecida entre os discursos midiáticos e a produção da memória. Nos últimos anos, alguns autores têm se preocupado em analisar o papel central dos meios de comunicação, e mais especificamente dos jornais, no processo de formação e armazenamento da memória contemporânea.

Appadurai (1981) problematiza a questão do uso que se faz do passado ao se tornar objeto de disputa entre os grupos no presente. Indica que existem limitações nesta apropriação, pois o passado não pode ser visto como uma manancial inesgotável para a construção de versões de memória. Ao contrário, é um “recurso escasso” que será disputado conflitivamente, pois funciona como um instrumento de poder. Nesse sentido, os grupos vão procurar medir forças buscando se legitimar como guardiões desta memória.

No campo do jornalismo, que se constitui em espaço privilegiado de produção de memória, essa tensão se apresenta claramente: os jornalistas tendem a construir a notícia de modo que apenas a sua versão seja memorável. Barbosa (1996) demonstra que a atuação do jornalista está baseada num trabalho de enquadramento de memória. As notícias são construídas

exatamente a partir da dialética lembrança e esquecimento. “Aos relatos que devem ser perenizados, imortalizados pela prisão da palavra escrita, contrapõem-se outros que devem ser relegados ao esquecimento” (1996: 156). Esse caráter seletivo das operações jornalísticas envolve tanto forma como conteúdo, ou seja, desde o lugar na página a ser ocupado pelo texto até a escolha da narrativa.

Neste processo de ordenamento e construção de sentido, os jornalistas têm, portanto, papel fundamental, pois são detentores desta operação. Diante do exposto, Barbosa entende ser necessário pensar os agentes da comunicação como verdadeiros “senhores da memória”. Em matérias retrospectivas, como, por exemplo, o papel do jornal *O Globo* na crise política que resultou no golpe civil-militar de 1964, a empresa jornalística recupera o passado, a partir de objetivos que lhe são próprios e preocupações do presente, visando estabelecer a sua verdade sobre o episódio.

O golpe civil-militar

A partir de 1º de abril de 1964, instaura-se a ditadura civil-militar no Brasil sob o comando do marechal Humberto Castelo Branco, interrompendo o curto ciclo democrático iniciado após o fim do Estado Novo, em 1945.

A exemplo de outras instituições da sociedade civil, a maior parte dos proprietários de jornais percebia na intervenção uma ação genuína dos militares em prol da restituição das liberdades democráticas. Órgãos da grande imprensa defenderam entusiasticamente a “Revolução de 1964”, reivindicando para si o papel de protagonistas desse processo. Nesta visão, João Goulart personificava a imagem de “inimigo comum” da nação. Por isso talvez seja mais adequado falar em acordo civil-militar para a derrubada de Jango.

Ainda era possível perceber o papel dos jornais como formadores de opinião no contexto do movimento de 31 de março/ 1º de abril de 1964. Os jornais, de um modo geral, saíram em defesa da ação dos militares.. A *Última*

Hora, de Samuel Wainer, foi um dos poucos veículos da grande imprensa que dava sustentação ao governo de João Goulart.

Como observa Aquino (1999), ao legitimar o golpe, grande parte da imprensa mostrava-se coerente com uma tradição na forma como via a representação de uma nação democrática. A concepção liberal formulada por John Locke percebe, por exemplo, a liberdade de expressão como direito inalienável do homem. Enquanto o governo não interfere neste direito, há uma aproximação ideológica entre Estado e os proprietários dos jornais. Esse modelo de liberalismo *lockeano* justifica a defesa, em editoriais e artigos de opinião da época, da intervenção “democrática” dos militares.

O editorial "Ressurge a democracia", publicado no jornal *O Globo* em dia 02/04/1964, aponta exatamente para a ideia de que as propostas do governo João Goulart representavam uma ameaça aos direitos naturais, às liberdades públicas e ao bem-estar dos indivíduos e, portanto, deveriam ser combatidas. O texto inclui também o cenário de polarização ideológica em que era necessário combater o comunismo no Brasil.

Vive a Nação dias gloriosos. (...) Graças à decisão e ao heroísmo das Forças Armadas, que obedientes a seus chefes demonstraram a falta de visão dos que tentavam destruir a hierarquia e a disciplina, o Brasil livrou-se do Governo irresponsável, que insistia em arrastá-lo para rumos contrários à sua vocação e tradições. (...) Agora, o Congresso dará o remédio constitucional à situação existente, para que o País continue sua marcha em direção a seu grande destino, sem que os direitos individuais sejam afetados, sem que as liberdades públicas desapareçam, sem que o poder do Estado volte a ser usado em favor da desordem, da indisciplina e de tudo aquilo que nos estava a levar à anarquia e ao comunismo ("Ressurge a democracia", *O Globo*, 02/04/1964)³

Do mesmo modo, essa postura ideológica ficou evidenciada em outros diários, que exigiram uma resposta do Exército diante das reformas e do clima de convulsão social. Com a instauração da ditadura militar, *O Estado de S. Paulo* publicou, em 02/04/1964, a manchete “Democratas dominam toda a nação”, anunciando também que a “vitória” repercutia no exterior.

³ <http://memoria.oglobo.globo.com/erros-e-acusacoes-falsas/apoio-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-12695226>. Acessado em 07 de julho de 2014.

Outros periódicos defenderam entusiasticamente a intervenção militar, como foi o caso do *Correio da Manhã*. Em editoriais publicados em 31 de março e 1º de abril de 1964, intitulados, respectivamente, “Basta!” e “Fora!”, o jornal explicitava a sua opção pelo movimento golpista e exigia a derrubada de Jango. No dia 1º de abril, escreve: “A nação não mais suporta a permanência do Sr. João Goulart à frente do governo. Não resta outra saída ao Sr. João Goulart senão entregar o governo ao seu legítimo sucessor. Só há uma saída a dizer ao Sr. João Goulart: saia!”. O jornalista Carlos Heitor Cony, que assinava a coluna “Da arte de falar mal”, apresentou, no entanto, uma posição bem diferente da linha editorial do matutino na sequência dos acontecimentos. Em 2 de abril de 1964, o jornalista publica o primeiro de uma série de artigos em que faz duras críticas ao movimento civil-militar⁴.

O papel ambíguo do *Correio da Manhã* marcou de um modo geral a atuação da imprensa ao longo do período em que os militares estavam no centro do poder político, alternando momentos de recuos e aproximações com o Estado autoritário.

Em 1964, o discurso remetia à grave crise econômica no país. A dívida chegava a US\$ 3 bilhões, a taxa de inflação era de 100% ao ano e o país não obtinha crédito no exterior (Skidmore, 1988: 68). No campo político, os sucessivos atos institucionais apontavam para o fechamento do regime. Em 1965, não havia censura oficial por parte do Estado, mas, gradualmente, a polêmica e o traço opinativo se afastaram das páginas dos jornais. Esse processo se acentuou com o recrudescimento da censura após a edição do AI-5, em dezembro de 1968.

O mais violento de todos os atos da ditadura autorizou o presidente da República a decretar o recesso do Congresso Nacional e de qualquer órgão

⁴ A crônica “Da salvação da Pátria” abre a série de artigos de Cony contra o golpe de 1964. Em seu livro “O ato e o fato”, o jornalista reúne as crônicas publicadas no *Correio da Manhã*. No artigo “Revolução dos caranguejos”, escreve: “Sem medo, e com coerência, continuo afirmando: isso não é uma revolução. É uma quartelada continuada, sem nenhum pudor, sem sequer os disfarces legalistas que outrora mascaravam os pronunciamentos militares. É o tacão. É a espora. A força bruta, o coice. Que os caranguejos continuem andando para trás. Nós andaremos para frente, apesar dos descaminhos e das ameaças” (Cony, 1964: 19).

legislativo, cassar mandatos eletivos, suspender por dez anos os direitos políticos de qualquer cidadão, intervir diretamente nos estados e municípios sem os limites impostos pela Constituição de 1967, proibir manifestações públicas, confiscar bens e suspender indefinidamente o direito de *habeas-corpus* para crimes de natureza política.

Para o campo jornalístico, o recrudescimento da repressão causou forte impacto. O governo determina a prisão de profissionais de imprensa. Forças policiais também invadem redações do *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* e veículos da imprensa alternativa. *O Estado de S. Paulo* e o *Jornal da Tarde* têm suas edições apreendidas. A *Tribuna da Imprensa* também passa a ser alvo constante da ação da censura. A vigilância do Estado sobre os veículos de imprensa era exercida de duas formas: autocensura⁵ e censura prévia⁶.

O Globo no processo de concentração do mercado jornalístico pós-1964

O jornal *O Globo*, fundado por Irineu Marinho e um grupo de jornalistas oriundos de *A Noite*, começou a circular em julho de 1925. O nome do veículo foi escolhido por meio de concurso promovido entre os leitores. Com a morte de Irineu Marinho, apenas 21 dias após o lançamento, Eurycles de Mattos assumiu a direção do diário. Nesse período, Herbert Moses, Justo de Moraes, Eloy Pontes, Horácio Cartier e Antônio Leal da Costa faziam parte da equipe,

⁵ A autocensura implicava na aceitação por parte dos jornais de comunicados escritos ou telefonemas dos órgãos de segurança sobre os assuntos que não deveriam ser publicados. As ordens impressas, conhecidas como “bilhetinhos”, geralmente eram anônimas, de autenticidade duvidosa, e começavam com a inscrição “De ordem superior, fica proibido...”. A autocensura representava, portanto, um acordo tácito entre Estado, dirigentes de jornais e produtores de notícias.

⁶ A censura prévia obrigava os jornais a submeter todas as notícias aos censores antes da sua publicação. Alguns chegavam a atuar na redação, vetando, na íntegra ou parcialmente, as matérias. Outros permaneciam nos órgãos encarregados por esta atividade nos estados ou em Brasília, para onde era encaminhada a edição, às custas do próprio jornal. A reformulação da edição submetida aos censores representava prejuízo financeiro às empresas jornalísticas. Decorre daí a opção de os jornais, muitas vezes, evitarem o confronto direto com o governo.

ocupando os principais cargos do jornal. Eurycles de Mattos faleceu em maio de 1931. Foi nesse momento que Roberto Marinho – que havia acompanhado todo o processo de formação de *O Globo* como secretário do pai, Irineu Marinho, e posteriormente de Eurycles de Mattos – foi designado para ser o novo diretor-redator-chefe do jornal. Ele aproveitou a experiência inicial de passar por todos os setores, da redação à oficina, passando pela administração. Tinha então 26 anos. A gestão de Roberto Marinho à frente de *O Globo* se estendeu por quase sete décadas.

As relações do empresário Roberto Marinho com o poder beneficiaram diretamente suas empresas. Historicamente governista, o jornal manteve-se coerente com o seu perfil conservador, aproveitando-se também da contrapartida financeira dos grupos dominantes. Um ano depois do movimento civil-militar que derrubou o presidente João Goulart, foi inaugurada a *TV Globo*, consolidando em pouco tempo a liderança do grupo no mercado de comunicação no Brasil.

Contraditoriamente, o momento de ascensão das Organizações Globo pós-1964 ocorreu no período de forte concentração do mercado jornalístico brasileiro. Hons (1982: 16) aponta uma concentração em diferentes níveis: quantitativo (redução do número de títulos em circulação), qualitativo (diferenciação dos jornais entre grandes e pequenos) e financeiro (expansão de grupos de imprensa). Esse processo pode ser ilustrado tomando-se como exemplo o número de títulos editados no Rio de Janeiro: dos 22 jornais diários em 1956, o número caiu drasticamente para 12 no final dos anos 1970, sendo que apenas três grandes jornais (*O Globo*, *Jornal do Brasil* e *O Dia*) monopolizavam cerca de 70% dos leitores (idem: 19).

Outros mecanismos complementavam a atividade repressora, reconfigurando o cenário da imprensa brasileira a partir dos anos 1960. A pressão governamental sobre a produção noticiosa se exercia através da regulamentação da atividade jornalística (via leis de imprensa e de profissionalização) e de impostos, subsídios e preços de insumos e matérias primas necessárias à produção jornalística (Ribeiro, 2000: 96). O uso da

publicidade também teve papel fundamental neste processo de concentração ao promover boicotes financeiros aos veículos que faziam oposição ao regime.

Esse bloqueio ocorria de duas formas: uma relacionada aos recursos da publicidade estatal, que correspondiam, segundo Carvalho (2001), de 15% a 30% do faturamento dos jornais; a outra associada aos grupos privados, que retiravam anúncios das páginas dos diários por influência do governo. Os dados mostram como a dimensão econômica também se constituía num tipo de censura na medida em que grande parte da receita dos jornais advinha da publicidade, principalmente estatal⁷.

Por fim, podemos citar, do ponto de vista econômico, a concorrência, a formação de novos grupos de imprensa, a perda de receita publicitária a partir do desenvolvimento da televisão e outros fatores que historicamente estão associados ao processo da concentração da imprensa. Referimo-nos à elevação do preço do papel de imprensa e à retomada do processo inflacionário no período militar.

Para Ribeiro (2000), o êxito de empresas como o *Jornal do Brasil* e *O Globo* e, em menor grau, *O Dia* nesse período teve como elemento fundamental a sua adequação, de um lado, à ordem política imposta pelo regime militar e, de outro, às novas exigências técnicas e administrativas do mercado jornalístico. “À medida que alguns jornais se modernizavam, técnica e administrativamente, tornavam-se mais aptos a ganhar a corrida concorrencial, que cada vez se acirrava mais frente à conjuntura de crise da imprensa” (idem: 97).

Ainda nos anos 1960, durante a crise da imprensa, *O Globo* apresentava uma tiragem de cerca de 200 mil exemplares (Ribeiro, 2000). Outros órgãos, como *Diário Carioca*, *Diário de Notícias*, *Diário da Noite* e *A Noite*, não conseguiram compensar esse déficit estrutural. Neste cenário de concorrência extremada, declinaram lentamente até o encerramento de suas atividades.

⁷ Na lista dos principais anunciantes constavam as estatais Petrobras, Eletrobras, Companhia Siderúrgica Nacional, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), Vale do Rio Doce, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, dentre outras.

Importa lembrar que os grandes jornais que se projetaram na época do “milagre econômico” brasileiro foram beneficiados pelo Estado autoritário. Com disponibilidade de capitais, os grandes conglomerados obtinham a cessão de terrenos do Estado para a construção de novas e modernas sedes e conseguiam alíquotas reduzidas para importação de novos equipamentos⁸. Estabeleceu-se, assim, uma grande contradição: o período de maior crise da imprensa para a maioria dos jornais foi também o momento de forte crescimento empresarial para um reduzido grupo de organizações jornalísticas. Todos esses fatores levam Abreu (2002) a concluir que os governos militares financiaram a modernização da imprensa. As vantagens e privilégios representavam “um instrumento adicional de controle sobre a mídia” (idem: 21).

Projeto Memória O Globo

A partir dessa breve contextualização sobre conjuntura histórica e a relação das empresas de comunicação no Brasil com o poder político, especialmente nos anos 1960, passamos a examinar os trabalhos de memória de que fez uso o jornal *O Globo* para legitimar o seu apoio ao golpe de 64. A questão é verificar o papel autoatribuído pelo periódico, a partir de demandas do contexto atual, sobre a sua participação naquele momento político do país. Para isso, analisaremos o lançamento do projeto Memória O Globo, que trouxe como destaque o texto “Apoio editorial ao golpe de 1964 foi um erro”⁹, publicado no site e na versão impressa do veículo jornalístico em 1º de setembro de 2013. Nele, o jornal busca explicitar as principais diferenças em relação ao editorial “Ressurge a democracia”, publicado em 02 de abril de 1964.

O projeto Memória O Globo, reconstituindo decisões editoriais do jornal em diferentes momentos históricos do país, trouxe como destaque o *mea culpa* público sobre a atuação do periódico no golpe de 1964. No site e na versão

⁸ Exemplo disso foi a construção da imponente sede do *Jornal do Brasil*, inaugurada em 1974 na Avenida Brasil, no Rio de Janeiro.

⁹ <http://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>. Acessado em 28 de junho de 2014

imprensa publicada no dia 1º de setembro, a empresa jornalística reconheceu o “erro” por ter colaborado editorialmente com os militares no movimento que derrubou o presidente João Goulart. Quanto à repercussão, o novo produto atingiu plenamente o seu objetivo. No dia seguinte, políticos, magistrados e representantes da sociedade civil ouvidos pelo jornal elogiaram a iniciativa das Organizações Globo em rever o seu passado. Embora não tenha sido o objetivo principal, o jornal acabou por suscitar também um debate sobre a participação de outros grupos da sociedade civil que, apesar de evocarem uma memória da resistência sobre o seu papel durante a ditadura, serviram de suporte estratégico para o desfecho da ação militar.

É no último parágrafo do texto “Apoio editorial ao golpe de 1964 foi um erro” que *O Globo* explicita a diferença em relação ao editorial “Ressurge a democracia”, publicado em 02 de abril de 1964. Nesta nova versão sobre o episódio, o veículo reconhece que “decorreram desse desacerto original” outras escolhas precipitadas do ponto de vista editorial:

À luz da História, contudo, não há por que não reconhecer, hoje, explicitamente, que o apoio foi um erro, assim como equivocadas foram outras decisões editoriais do período que decorreram desse desacerto original. A democracia é um valor absoluto. E, quando em risco, ela só pode ser salva por si mesma (“Apoio editorial ao golpe de 1964 foi um erro”, *O Globo*, 01/09/2013)

Partindo da ideia de Charaudeau de que o “universo da informação midiática é efetivamente um universo construído” (2010: 151), é possível perceber pontos de aproximação do texto atual com os enunciados contidos no editorial de 1964 que lhe serve de contraponto. O jornal atravessa cinco décadas de períodos históricos distintos sem uma revisão crítica sobre o período João Goulart, materializando na figura do ex-presidente o símbolo da desordem e da ameaça comunista como um dado natural e imutável. Ocorre, porém, que, na instância midiática, “estamos às voltas com um real construído, e não com a própria realidade”, como adverte Charaudeau. Afirma o autor: “defender a ideia de que existe uma realidade ontológica oculta (...) seria reviver um positivismo de má qualidade” (2010: 131).

O periódico mantém uma postura ideológica de condenação do governo Jango nos dois editoriais com o emprego de expressões carregadas de sentido. É como se o leitor pudesse confundi-los, em alguns trechos, se não os situasse em sua historicidade: “temor de um outro golpe”, “radicalização”, “ameaçavam atropelar”, “quartéis (...) intoxicados”, “golpe à esquerda” são alguns dos elementos textuais que *O Globo* utiliza – não em 1964, mas em 2013 – em sua batalha discursiva para apresentar o perfil e as ações de João Goulart.

A situação política da época se radicalizou, principalmente quando Jango e os militares mais próximos a ele ameaçavam atropelar Congresso e Justiça para fazer reformas de “base” “na lei ou na marra”. Os quartéis ficaram intoxicados com a luta política, à esquerda e à direita. Veio, então, o movimento dos sargentos, liderado por marinheiros – Cabo Ancelmo à frente –, a hierarquia militar começou a ser quebrada e o oficialato reagiu (“Apoio editorial ao golpe de 1964 foi um erro”, *O Globo*, 01/09/2013)

Nesse sentido, reafirma que o diagnóstico do contexto estava correto, mas não dimensionou corretamente os efeitos colaterais do remédio: o golpe. Há então uma transferência de responsabilidade, uma tentativa de o jornal se eximir das consequências pela posição favorável à “intervenção” dos militares no pós-1964 ao afirmar:

Os militares prometiam uma intervenção passageira, cirúrgica. Na justificativa das Forças Armadas para a sua intervenção, ultrapassado o perigo de um golpe à esquerda, o poder voltaria aos civis. Tanto que, como prometido, foram mantidas, num primeiro momento, as eleições presidenciais de 1966. O desenrolar da “revolução” é conhecido. Não houve as eleições. Os militares ficaram no poder 21 anos, até saírem em 1985, com a posse de José Sarney, vice do presidente Tancredo Neves, eleito ainda pelo voto indireto, falecido antes de receber a faixa (“Apoio editorial ao golpe de 1964 foi um erro”, *O Globo*, 01/09/2013)

O texto do projeto Memória O Globo sobre o golpe militar de 64 recorda acertadamente que outros grandes diários da época, como *O Estado de S. Paulo*, o *Jornal do Brasil* e o *Correio da Manhã*, também estiveram alinhados editorialmente com os militares na instauração da ditadura – à exceção da *Última Hora*, de propriedade de Samuel Wainer. Do mesmo modo, parte da população apoiou a derrubada do governo Jango em passeatas nas maiores capitais.

Diversos estudos já demonstraram a atuação multifacetada da imprensa durante os 21 anos de vigência do regime militar no Brasil (1964-1985). O diálogo do campo jornalístico em relação ao político foi marcado por movimentos ora de aproximação, ora de distanciamento. O próprio *O Globo* – jornal de linha conservadora, orientado por valores dominantes e beneficiado por sua proximidade com as cercanias do poder – não exerceu um único papel, como se tivesse colaborado invariavelmente com a ditadura.

Esse aspecto consta no editorial em que assume o erro por ter apoiado o golpe. Nele, *O Globo* também evoca uma certa memória de resistência com a rememoração particularmente de dois episódios: o cerco de fuzileiros navais ligados a João Goulart na sede da empresa, proibindo o periódico de circular no dia 1º de abril de 1964 e a guarida dada por Roberto Marinho a jornalistas de esquerda em sua redação. Como enfatiza o texto do projeto Memória, ao se negar a fornecer a lista de “comunistas” que trabalhavam no jornal, o empresário teria se dirigido ao general Juracy Magalhães, ministro da Justiça do presidente Castelo Branco, com as seguintes palavras: “Cuide de seus comunistas que eu cuido dos meus”.

Há, portanto, no texto um intenso processo ou tentativa de (re) enquadramento da memória. A memória resulta de um processo de seleção, hierarquização e ordenamento que vai determinar o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido. Leva em conta os silêncios e os interditos, que possuem tanta força quanto o que está na superfície, na ordem do explícito.

Embora sejam associados muitas vezes de maneira indistinta, memória não é passado, mas antes uma apropriação do passado, construída sempre a partir das preocupações do momento e das demandas do presente (Halbwachs, Pollak). No texto de abertura do projeto Memória *O Globo*, o próprio jornal fornece uma pista nesse sentido ao associar as avaliações internas sobre o seu papel na legitimação do regime militar e as recentes manifestações populares. Seria uma resposta da empresa jornalística ao grito de ordem ouvido nas manifestações contra os meios de comunicação hegemônicos, particularmente as Organizações Globo:

Não lamentamos que essa publicação não tenha vindo antes da onda de manifestações, como teria sido possível. Porque as ruas nos deram ainda mais certeza de que a avaliação que se fazia internamente era correta e que o reconhecimento do erro, necessário. Governos e instituições têm, de alguma forma, que responder ao clamor das ruas ("Apoio editorial ao golpe de 1964 foi um erro", *O Globo*, 01/09/2013)

Considerações finais

Vimos que os anos 1970 marcaram um momento de consolidação de alguns jornais por diferentes motivos de ordem econômica e política. *O Globo* soube se adaptar às novas técnicas administrativas que o mercado jornalístico exigia num período de forte concorrência entre os diários. Ao mesmo tempo, em plena crise da imprensa, essa modernização não se realizaria sem o apoio do regime militar, via publicidade, e redução de tributos para importação de novos equipamentos.

O artigo teve o objetivo de ilustrar, através do lançamento do projeto de *O Globo*, o intenso trabalho de memória do jornal em torno de reinterpretções do passado, mas tendo o presente como ponto de partida. Memória como permanente processo de seleção e enquadramento e que implica, nesse sentido, lembrança, mas também esquecimento. Outros veículos brasileiros reforçam uma memória da resistência durante a ditadura civil-militar, mas ficaram, em maior ou menor grau, ao lado dos vencedores de 1964.

Num campo profissional pouco afeito a receber críticas sobre as suas rotinas, a publicação do texto "Apoio editorial ao golpe de 1964 foi um erro" abre espaço para uma autoavaliação, ainda que 50 anos depois da derrubada de Jango. Se trabalhamos aqui com ideia de uma ditadura militar sustentada por amplos segmentos da sociedade civil, rever o passado pode ser uma tarefa importante, no campo da comunicação, para evitarmos, como está inscrito no texto analisado, "outras decisões editoriais equivocadas" ou, no limite, redefinir práticas e condutas jornalísticas no presente.

Essa é uma questão particularmente sensível num momento em que o país tenta desvelar, com muitos obstáculos e resistências, seu passado ditatorial através do trabalho das comissões da Verdade.

Referências

- ABREU, Alzira Alves de. **A modernização da imprensa (1970-2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.
- APPADURAI, Arjun. “The past as a scarce resource”. In: **Man**, vol. 16, nº 2, 1981.
- AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência O Estado de São Paulo e Movimento**. Bauru: Edusc, 1999.
- BARBOSA, Marialva. **Imprensa, Poder e Público**. Niterói, tese de doutorado, Dep. de História/UFF, 1996.
- CARVALHO, Alessandra. “Contando a história da ditadura militar: grande imprensa e a construção da memória no Brasil democrático”. Trabalho apresentado no XXIII Congresso da Lasa – Washington, 2001.
- CHARANDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2010.
- CONY, Carlos Heitor. **O ato e o fato**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2004.
- FREUD, S. “Reflexões para os tempos de guerra e morte”. In **Obras completas**. Rio de Janeiro: Imago, 1974.
- HALBAWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- HONS, André Séguin des. **Os diários do Rio de Janeiro: 1945-82**. Rio de Janeiro, dissertação de mestrado, IFCS/UFRJ, 1982.
- HUYSSSEN, Andréas. **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda – Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- MARCONI, Paolo. **A censura política na imprensa brasileira, 1968-1978**. São Paulo: Global Editora, 1980.

POLLAK, Michel. “Memória, esquecimento, silêncio”. In **Estudos históricos**.
Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, pp. 3-15.

_____ “Memória e identidade social”. In **Estudos históricos**.
Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, pp. 200-212.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Imprensa e história no Rio de Janeiro dos
anos 50**. Rio de Janeiro, tese de doutorado, UFRJ, 2000.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985**. Rio de
Janeiro: Paz e Terra, 1988.